

O operaísmo que vem

Apresentação dos textos

Bruno Cava¹

O operaísmo italiano deu duas contribuições fundamentais para o pensamento nas lutas e para as lutas.

A primeira contribuição foi a virada trontiana dos anos 1960: não é o desenvolvimento do capital que determina as lutas – elas é que, primeiro, determinam o desenvolvimento do capital. O conceito encontra ressonância na ideia de Michel Foucault que a resistência é primeira em relação às estratégias de poder, bem como àquela de Deleuze & Guattari, em *Mil Platôs*, que toda sociedade se define por suas linhas de fuga². Daí decorre a distinção operaísta entre composição técnica e composição política de classe. A primeira descreve a lógica de funcionamento do capital, seus aparelhos de captura, seus regimes de acumulação, exploração e valorização. A segunda, assimétrica em relação à primeira, descreve a lógica do trabalho vivo, isto é, o momento criativo em que a classe se faz na autovalorização da vida operária. A relação entre as duas composições, no entanto, não é dialética. Em primeiro lugar, porque elas não se definem negando-se entre si, ao modo da contradição³. Pelo contrário, as duas lógicas coexistem na mesma substância, elas se desenvolvem em constante interação: a primeira buscando disciplinar e capturar a segunda, e esta não só lhe resistindo, como também criando um excedente. Em segundo lugar, porque não basta descrever a composição política, é preciso estar no processo de sua própria produção, no movimento real em que se esboça e se auto-organiza, – tarefa para a *conricerca*, a copesquisa⁴. O paradoxo do capital consiste no fato que ele precisa da força criativa daquilo cujo excesso ameaça-lhe a própria existência. Por isso, a composição política é antagonista e, para Tronti, são os antagonismos que empurram o desenvolvimento das forças produtivas, como num jogo de gato e rato. A ciência capitalista por excelência será administrar a crise

¹ Coeditor da revista e organizador do presente número.

² Ver o extraordinário platô 9, *Micropolítica e segmentariedade*.

³ Um referencial de fundo, aqui, é a concepção estruturalista althusseriana da *causa imanente*, que o filósofo usa para atualizar Marx para além de Hegel (ou seja, da dialética), livrando aquele dos fardos antropocêntricos, idealistas e especulativos, pela via de Spinoza.

⁴ Sobre a copesquisa, dossiê temático que lhe foi dedicado na Lugar Comum n.º 39.
<http://uninomade.net/lugarcomum/39/>

incontornável em que se baseiam seus processos de captura da vida no valor, alargando e aprofundando os seus limites sem, no entanto, ultrapassá-los.

A segunda contribuição, nos anos 1970, foi a hipótese da passagem do operário-massa para o operário social, cujas formulações mais elaboradas vêm de Antonio Negri, ele próprio originário do operariado. Tratava-se de enxergar e concitar uma nova composição política, diante da mutação do trabalho na virada entre o fordismo e o pós-fordismo, entre a sociedade disciplinar da grande fábrica e a fábrica social da metrópole⁵. As lutas do ciclo de 1968 teriam engendrado uma nova lógica do trabalho vivo, perseguida então pela reestruturação capitalista, por mais uma “grande transformação” do “espírito do capitalismo”. A hipótese era também aposta da copesquisa, ao investigar a nova composição política do operário social, cujo ápice, na Itália, se deu com o Movimento de 1977. Quando o trabalho vivo, pulando os muros da fábrica, se derrama pelo tecido conjuntivo da metrópole, aí existe um liminar entre captura e liberdade para um novo proletariado. A hipótese de Negri é que o operário social põe imediatamente a sua liberdade produtiva, repelindo as mediações capitalistas para fora do terreno da valorização, que a seu passo se converte em autovalorização. Ao capital resta apenas o mando direto sobre o trabalho vivo, a pura coerção. Isto não significa que se formem espaços de autonomia no interior da sociedade capitalista, o que seria degenerar a teoria em associacionismo proudhoniano, ou em utopismo deslumbrado. Em vez de zonas autônomas temporárias, o caso é uma tendência *geral* de autonomização, uma proliferação de linhas de fuga – o que Deleuze & Guattari chamaram de proletariado desterritorializado ou “força de nomadização”⁶. Não sociedade alternativa, mas alternativa de sociedade que, nessa passagem, irrompe das entranhas do capital. Daí o método operaísta se desdobrar no método da tendência: em vez de espaços de uma autonomia mitificada, *frontiers* de autonomização, em múltiplas espécies de relação antagonista ao poder capitalista.

Na hipótese/aposta do operário social, pesquisam-se figuras de subjetividade que envelopem elementos de tendência, que possam disparar – e estejam já disparando – raios de fuga *dentro e contra* a composição técnica na regulação pós-fordista. Isto é, sondar pelos elementos de mobilidade, iniciativa, funcionamento em rede, produção biopolítica, entre outros, que determinem dinâmicas de autovalorização: criação e antagonismo. Os controlatos da virada neoliberal reagem a essa fuga com ainda novas estratégias flexíveis e é aí, ainda segundo Negri, onde ocorre o conflito de classe nas últimas décadas, segundo múltiplas formas de enfrentamento. Nesse cenário de embates, não adianta voltar à marmota marxiana

⁵ Ver *Dalla fabbrica alla metropoli*, Toni Negri, ed. datanews, 2008.

⁶ Nota de rodapé n.º 54 do *Platô 12*, em *Mil Platôs* (ed. 34).

com o fito de restaurar forças de segmentação dura, como o Partido, o Estado ou o Anti-Imperialismo, como saídas à crise, pois são facilmente reterritorializáveis segundo a nova regulação flexível do poder. Tal regressão ao esquema político do começo do século 20, tão recauchutado nas formulações hegemônicas pós-Gramsci, implica perseguir a tomada de um quimérico Palácio de Inverno, quando o capitalismo já se reorganizou nas finanças globais, – quase tão desterritorializadas e pervasivas quanto o próprio trabalho vivo na metrópole.

Negri & Hardt sugerem a imagem da serpente⁷ – pele sem fim e sem profundidade – para descrever o trabalho revolucionário em tempos de Império. Ou seja, um trabalho que se desenvolve numa cartografia dinâmica de policentrismos e descentramentos do capitalismo globalizado e integrado. Nas coordenadas do pós-moderno, é preciso reelaborar o método⁸, em decorrência da própria transformação das composições, e da natureza da relação entre elas.

Para Gigi Roggero, em **A passagem não resolvida ao operário social**, que é a introdução de seu novo livro⁹, a passagem do operário-massa ao operário social se resolveu de uma vez por todas. Mas se resolveu pelo lado do capital e não das lutas. A hipótese/aposta não foi capaz de responder aos desafios da composição técnica depois da reestruturação capitalista. A culpa pela perda de tensão constitutiva, afinal, não pode ser da composição, mas de nossos conceitos. Uma crítica similar foi lançada por Mario Tronti ao operário tardio, nos anos 1970, quando decidiu fazer um deslocamento em sua obra teórica. Tronti dissolveu a tensão operária entre imanência e conflito e reassumiu a autonomia do político¹⁰, uma movimentação que se manifestou no seu retorno ao partido que depois comporia o governo do Compromisso Histórico, o PCI. Mas Roggero se diferencia dessa linha, ao referir-se também às apostas da multidão desdobrada por Negri & Hardt na trilogia-manifesto

⁷ Em *Império* (ed. Record, 2001), p. 76. A imagem já havia aparecido no famoso *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, de Deleuze, publicado no Brasil no volume *Conversações* (ed. 34), p. 230.

⁸ Precisamos de algo como um *Grundrisse* do século 21, ou uma nova *Einleitung* para compreender os agenciamentos nas coordenadas do capitalismo hoje. Ver indicações de método, por exemplo, em *Cinco lições sobre o Império* (ed. DP&A), de Toni Negri, p. 241-269.

⁹ *Elogio della militanza; note su soggettività e composizione di classe*. DeriveApprodi, 2016.

¹⁰ A explicação do dissenso entre Negri e Tronti por meio da tensão constitutiva, cronótopo da copesquisa, entre imanência e antagonismo está em *Pensamento vivo*, de Roberto Esposito (ed. UFMG), p. 251-271. Ver, secundariamente, Dario Gentili em *Italian theory: dall'operaismo alla biopolitica* (ed. Mulino), p. 33-78.

Império-Multidão-Commonwealth¹¹, e inclusive para rejeitar a “saída trontiana” aos dilemas da copesquisa. O capitalismo teve êxito na restauração do ciclo global de lutas deflagrado com as revoluções árabes de 2010-11, o que indica uma resiliência dos mecanismos de captura. As figuras de subjetividade, pelo menos nas linhas de copesquisa, empacaram em várias problemáticas, na duração, na organização, na mobilização. Para o autor, a aplicação do método bateu num teto.

Na entrevista **Europas fugitivas**, o mesmo Roggero oferece um panorama de impasses, entre o mais do mesmo do neoliberalismo e as regressões nacional-estatalistas. Não só a Europa, aliás, como boa parte do planeta parece estar sob o efeito de achatamento pela força de dicotomias infernais que negam, em bloco, qualquer brecha para um impulso constituinte a partir das lutas. Nesse momento de perplexidades, faz-se necessário reelaborar o operaísmo e a copesquisa ainda em novos termos, reoxigenando a prática da teoria. Não fazer isso seria submeter-se a um duplo risco: o risco de acabar cansando para fazer um retorno à autonomia do político, numa falsa saída pela transcendência, ou, pior, degenerando em *Italian Theory*, encerrado de vez no sarcófago acadêmico.

Carolina Salomão, em **Inventar novos direitos**, faz uma revisão de fôlego da literatura operaísta para analisar a composição técnica do capital no século XXI: o trabalho imaterial, o capitalismo cognitivo, a regulação pós-fordista. Da sociologia do trabalho à economia política, em meio à empregabilidade, endividamento, precarização e estratégias moleculares da sociedade-empresa, o artigo desenvolve como seriam insuficientes e facilmente recodificáveis respostas em termos de uma volta ao *welfare*, à relação salarial como pivô para as reivindicações. Mudou a composição técnica, devem mudar as agendas políticas. Daí a necessidade de sondar elementos de tendência igualmente em termos de propostas que sejam capazes de apoiar-se na nova composição do trabalho. Isto implica, *primeiro*, não mais o salário indexado pelo emprego, mas o “salário social”, a renda universal incondicionada, ao redor do que, *segundo*, se pode organizar um sistema de proteção social noutros termos – *commonfare*, como pesquisado por economistas como Andrea Fumagalli¹².

Murilo Duarte Correa e Karoline Coelho de Andrade e Souza, em **Os direitos humanos que vêm**, retomam a crítica da metafísica na base do humanismo jurídico, como apresentada consistentemente na obra de Giorgio Agamben. A concepção de direitos humanos compartilha um fundo comum com o motor da captura da vida nua nos circuitos do

¹¹ *Império* (ed. Record, 2001), *Multidão* (ed. Record, 2005) e *Commonwealth* (HarvardPress, 2009).

¹² Nesse sentido, *La moneta del comune; la sfida dell'istituzione finanziaria del comune*, organizado por Emanuele Braga e Andrea Fumagalli. Ed. DeriveApprodi, 2015.

poder soberano, o que, na modernidade, se converteu em tanatopolítica (política da morte), o *dark side* da biopolítica. Os autores seguem os traços agambenianos em busca de pistas para a desativação desse moto contínuo da política ocidental, na indiscernibilidade produzida de vida e morte. Mas o fazem ressaltando a relevância de buscar estratégias de “resistência ativa” e “vetores práticos”, linhas operatórias – à semelhança da fuga deleuze-guattariana ou do êxodo negriano. Nesse deslocamento, o artigo faz vibrar o melhor Agamben, aquele da resistência biopolítica¹³. Não o “heideggeriano de esquerda”, para quem a operação da subtração reserva um espaço originário de abertura do ser *para depois* da deposição dos primeiros princípios, – mas sim o materialista messiânico, apoiado em Walter Benjamin, para quem a chegada do messias abole o homo laborans e, com ele, a dialética do mestre e do escravo. Recusa do trabalho, ao trabalho. A inoperosidade é uma produção profanadora, de sabotagem, um “contradispositivo”.

Alexsandro Rodrigues e Davis Moreira Alvim, em **Como cartografar resistências? Sobre contradispositivo e criação**, caminham pela mesma senda para propor uma renovação de método, com as cartografias. Não se trata simplesmente de mapear o terreno, como quem elabora estratégias de guerra, mas participar da montagem e desmontagem de máquinas desejantes. Elas funcionam no *desarranjo* constitutivo e não de acordo com alguma lógica funcional, dentro da maquinaria capitalista. É um conjunto de linhas de fuga ou autonomização, que, diferentemente da TAZ, “[é] mais comum que um contradispositivo opere por contaminação das linhas e trabalhe para retorcê-las as relações do poder de forma desterritorializada.” O contradispositivo negro, tomado como exemplo, funciona numa gama diversificada de estratégias: além dos quilombos contra a colônia e o império escravocrata, o quilombismo, as irmandades religiosas, a apropriação dos sincretismos, tudo somado no cenário de mudança do medo de lado graças à Revolução Haitiana, o *red scare* do século 19. É caso de “contradispositivar” a partir do jogo real de forças, para que sejam subvertidas, revertidas, pervertidas.

A tradução do primeiro bloco das **Sete teses sobre direitos humanos e a ideia de humanidade**, por Costas Douzinas, aprofunda a crítica ao humanismo jurídico neste volume. Os direitos humanos agora aparecem não só como dispositivo de hierarquização entre sujeitos e, especialmente na versão humanitária, “companheiro perfeito do neoliberalismo”¹⁴, como

¹³ A tese dos dois Agamben, que coexistem segundo limiares internos, na resenha de Toni Negri à *Linguagem e a morte* (Agamben, UFMG, 2006), publicada na revista Lugar Comum n.º 27, p. 336, 337. <http://uninemade.net/lugarcomum/27/>

¹⁴ Na formulação de Deleuze & Guattari, em *O que é a filosofia?* (ed. 34): “Os direitos do homem não nos farão abençoar o capitalismo. E é preciso muita inocência, ou safadeza, a uma filosofia da comunicação que pretende

também reflexo do niilismo contemporâneo. O mundo pós-1989 levou os movimentos contestatórios a assumirem a agenda dos direitos humanos, como uma espécie de arma romba e inadequada diante dos novos desafios. O “fim da história”, negado na retórica inflamada, findou interiorizado nas práticas concretas. O niilismo, em Nietzsche, não se dá com a morte de deus (da revolução), mas com o giro no vazio das instituições que lhe herdaram o patrimônio simbólico, morte doravante reproduzida infinitamente, derrota convertida em derrotismo – niilismo passivo. É preciso, portanto, uma resposta forte, uma abertura radical, para sair pelo outro lado do crepúsculo. (Obs.: As três teses finais de Douzinas serão publicadas no próximo número da revista)

Em **As novas tensões nos sistemas políticos em alinhamento às transformações correntes nos ecossistemas comunicacionais**, André Vouga e André Carvalho encaram a composição sociotécnica das mobilizações, em tempos de capitalismo cognitivo. Numa sociedade organizada em redes de alta conectividade, que coabitam um mundo de estriamentos segregacionais e o arcaico sempre renovado, nesse misto de paradoxos, como imaginar ecossistemas de mobilizações que deem conta dos antagonismos? Para isso, antes de qualquer coisa, é preciso refutar qualquer reducionismo que nivele novas mobilizações, por exemplo, os levantes como o de junho de 2013, a explosões edipianas contra a Figura do Pai – acusação psicanalítica, aliás, importada da restauração pós-sessentista. E pesquisar pela ética (das máscaras), a guerrilha estética e a produtividade intensiva como elementos de tendência de uma nova composição política, ao que o artigo contribui com relevante problematização.

Irlan Santos, em **For the love, not the money: futebol, comum e direito à cidade**, pergunta ao modo spinozano: o que pode um clube? Quais efeitos ele desdobra para além do “mundo do futebol”, como plano de intervenções e agenciamentos sociais, políticos, econômicos? O autor segue os rastros da linha de multidão que atravessa esse esporte, em constante atrito com a captura pelos mercados e *brandings* do capitalismo cognitivo. Além de retomar o universo temático já trabalhado, inclusive, por Toni Negri¹⁵, são articulados os elementos de mobilização das torcidas organizadas, um campo cuja abordagem talvez ensejasse maior envolvimento de copesquisadores, e ante o que esse artigo abre caminhos.

restaurar a sociedade de amigos ou mesmo de sábios, formando uma opinião universal como ‘consenso’ capaz de moralizar as nações, o Estado e o mercado.” (p. 139).

¹⁵ Conforme o breve dossiê de textos do *cattivo maestro*, em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13035071/o-futebol-s-negri-in-english/5> Ver também *Como o Brasil vendeu a Copa?*, de Hugo Albuquerque e eu, no *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2014: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1714>

Vale lembrar que as torcidas se fizeram presentes, com todas suas ambiguidades, por exemplo, ao redor da explosão de protestos de junho de 2013 no Brasil.

Também rastreia a linha de multidão Diego Carvalho, ao abordar o corpo-skate e o corpo-rock, numa dupla de textos mais ensaísticos, **O sangue no show de rock como dispositivo de confronto** e **Devir-nômade na cidade: skate nos anos 90 em Porto Alegre**. Mais do que uma fenomenologia da culturas das margens, o autor inscreve a sua copesquisa nos processos antagonistas da produção da metrópole, traçando itinerários afetivos que conectam o skate ou o rock – poderíamos incluir o pixo? – na criação de um novo habitar, entre práticas de rua e devires minoritários. O trabalho não se pretende reduzir à simples apologia micropolítica, ou mero percurso existencial, para inquirir linhas transversais, da cidade, da juventude, do mundo. O “programa in progress”, aqui, para falar com Hélio Oiticica, parece-me consistir em vitalizar-se de fragmentos metabólicos urbanos para enxergar nessas estéticas não uma questão de *lifestyle* ou TAZ, mas de estratégia em seu sentido mais amplo, reapropriável.

Por último, vale comentar brevemente o editorial da Universidade Nômade, **Quando a trama da terra treme**, logo a seguir. Se existe ainda um operaísmo vivo, – capaz de remobilizar-se para além dos atolamentos teórico-políticos e metabolizar impasses, especialmente aqueles em que ele próprio se coloca, – esse operaísmo é buscado no esforço desse editorial em agarrar o presente pelos chifres. O tempo é de congestionamentos simbólicos, quando perguntas muito mal elaboradas deram em respostas espetacularmente erradas, na prática e na teoria. Enquanto vários coletivos e intelectuais lamentam ainda outro processo de construção nacional interrompida, a somar-se na já portentosa pilha de frustrações históricas, outros aderem a policiamentos obsessivos que gozam em prescrever o que deve ser dito, como deve ser dito e por quem. Esse Superego mais lembra o marido ciumento que não cessa de perguntar onde e com quem você está, do que qualquer tendência possível de reinvenção.

O editorial da Universidade Nômade vai à direção contrária, ou melhor, pega a conjuntura pelo avesso, pelo seu ponto intempestivo e anticonjuntural (e nada foi mais intempestivo do que Junho de 2013, essa esfinge). Ao invés de enveredar pelo labirinto de ocos das ideias, atrás da quimera de uma “nova esquerda” ou “frente popular”, fincar o pé na composição de classe, nas tendências, na invenção de novos direitos. Mais vale gaguejar sobre processos emergentes que mal possuem nome, tatear um novo solo nutritivo, e errar por sobre terrenos desconhecidos, do que viver o falso conforto das bolhas ideológicas. Quais hipóteses/apostas? Qual operaísmo, qual operariado? Não sabemos ainda, só há pistas. Como

teria dito Oswald de Andrade, não precisamos de ainda uma nova fé para nos entrevarmos, mas de um novo pé¹⁶.

¹⁶ A sugestão do “novo pé” me foi feita pelo poeta André Vallias.